



(DRAFT)

## CONCLUSÕES DA II REUNIÃO DO FÓRUM DA SOCIEDADE CIVIL DA CPLP

Díli, 17 de julho de 2015

A II Reunião Fórum da Sociedade Civil da CPLP (FSC-CPLP) realizou-se nos dias 13 a 17 de julho de 2015, em Díli, Timor-Leste, com a participação de representantes da Sociedade Civil dos Estados-membros da CPLP. Esta II Reunião do FSC-CPLP foi subordinada ao tema “O valor económico da Identidade Comum da Sociedade Civil da CPLP” e teve como principal objetivo debater a importância da participação e promoção da Sociedade Civil, como interlocutor forte no desenvolvimento de parcerias estratégicas no espaço sociocultural e económico da CPLP.

*Reconhecendo* o papel do FSC-CPLP como uma plataforma representativa das Organizações sociais da CPLP, que pretende contribuir para as decisões políticas e participar na implementação de projetos que venham a ser desenvolvidos em conformidade com os princípios democráticos que norteiam a CPLP;

*Recordando* os princípios adotados na Carta de Brasília, elaborada aquando da I Reunião do FSC-CPLP, realizado em Setembro de 2011, em Brasília;

*Tendo presente* a aprovação dos Estatutos do Fórum da Sociedade Civil da CPLP aquando da sua II Reunião, que viabilizam os mecanismos de coordenação das organizações da Sociedade Civil e consubstanciam a sua efetiva institucionalização;

### **RECOMENDAM À XX REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE MINISTROS:**

1. O envolvimento sistemático e concertado da Sociedade Civil no desenho, implementação e monitorização de políticas públicas, zelando pela promoção de boa governação e transparência;
2. A promoção do Desenvolvimento através de um trabalho de auscultação ativa e populações, para que o primado do desenvolvimento seja centrado nas pessoas, à luz do exemplo e boas práticas das Organizações sociais representadas na II Reunião, nomeadamente as Ordens religiosas, cuja ação tem resultados claros, visíveis e sustentáveis;



3. A construção conjunta de uma Agenda de Desenvolvimento pós-2015 que sirva os Estados-membros da CPLP e que tenha com base os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;
4. A mobilização de recursos financeiros por parte dos Estados-Membros da CPLP que permitam complementar o financiamento necessário para a realização da Reunião Anual do FSC-CPLP;
5. O aumento da partilha de experiências e de projetos entre as organizações da Sociedade Civil dos países da CPLP, nomeadamente no âmbito do apoio às populações mais vulneráveis: as mulheres, crianças, adolescentes, jovens, idosos e deficientes;
6. A definição de políticas e estratégias para a promoção e disseminação da Língua Portuguesa, concertadas ao nível dos Estados-membros da CPLP, tanto para os países lusófonos como para os seus países vizinhos;
7. O reforço da Educação como direito humano inalienável e dever do Estado, nomeadamente o ensino da Língua Portuguesa em todos os Estados-membros da CPLP, com destaque para Timor-Leste e na Guiné Equatorial;
8. O enaltecimento e fortalecimento do papel do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) na divulgação da Língua Portuguesa;
9. O desenvolvimento contínuo de esforços de concertação política para que a Língua Portuguesa venha a ser utilizada como língua de trabalho na Nações Unidas e outros organismos internacionais;
10. A integração sistemática e transversal de políticas de igualdade de género e de empoderamento da mulher, de forma a combater todas as formas de discriminação contras as mulheres e assegurar os seus direitos e liberdades fundamentais.
11. A inclusão do Fórum da Mulher Rural da CPLP nos mecanismos da Sociedade Civil criados no âmbito da Rede de Segurança Alimentar e Nutricional;
12. A criação do Observatório dos Direitos Humanos da CPLP, para acompanhar a implementação de políticas e promover processos participados de monitorização e defesa dos Direitos Humanos dos cidadãos dos Estados-membros da CPLP;



13. A definição de políticas que facilitem a circulação de pessoas e bens no espaço da Comunidade, potenciando a circulação de Recursos Humanos capacitados e o comércio intracomunitário;
14. A opção por modelos económicos que incluam a sociedade civil de forma objetiva, através de participação ativa nos mecanismos de monitorização e auditoria social, baseados nos princípios da Economia Azul e da responsabilidade social;
15. O fortalecimento e diversificação da produção nacional em Timor-Leste e na Guiné Equatorial, de forma a reduzir a dependência do setor produtivo do Petróleo;
16. O fortalecimento das políticas de promoção e defesa dos Direitos da Saúde e da Saúde Sexual e Reprodutiva, nomeadamente através da prestação de Cuidados Primários de Saúde, como base fundamental para o desenvolvimento sanitário e dos sistemas de saúde dos Estados-membros, numa lógica de atendimento prioritários às populações;
17. O reforço do sistema de ensino das ciências médicas no seio de cada país e da utilização crescente das novas tecnologias, como os programas de Telemedicina;
18. A elaboração de estudos comparativos entre os Estados-membros da CPLP nas diversas áreas temáticas, para que possam ser partilhadas as boas práticas e lições aprendidas;
19. A criação de zonas de reserva natural como forma de garantir a biodiversidade e a conservação dos ecossistemas naturais dos Estados-membros da CPLP;
20. A consolidação das políticas de apoio à Agricultura Familiar e Comunitária como meio de inclusão social, equilíbrio económico das famílias e ferramenta de desenvolvimento sustentável e eficaz;
21. A alocação da percentagem mínima de 10% do Orçamento de Estado dos Estados-membros da CPLP ao setor da Agricultura, à luz das conclusões da Cimeira da União Africana, realizada em Maputo, Moçambique, em 2003;
22. A consolidação da Soberania Alimentar em todos os Estados-membros através de políticas que primem pelo respeito das tradições e culturas dos povos, bem como pelo pressuposto do Direito à Alimentação Adequada;



23. O contínuo apoio aos programas e projetos de alimentação escolar nos Estados-membros da CPLP, tendo em conta o seu impacto na saúde escolar e na dinamização dos mercados de produção internos;
24. Apoiar medidas de mitigação e adaptação dos sistemas agrícolas dos Estados-membros da CPLP para fazer face ao impacto negativo das mudanças climáticas;
25. O reforço da proteção da criança e do combate trabalho infantil, e as suas piores formas, através de programas e outras medidas de proteção social, da inspeção do trabalho e da qualidade de ensino, nomeadamente no ano de 2016 – Ano da CPLP contra o Trabalho Infantil.
26. A criação do Fórum da Criança da CPLP com o objetivo de promover a participação das crianças dos Estados-membros da CPLP e contribuir para as decisões políticas que digam respeito aos seus direitos, conforme explana o artigo 12º da Convenção dos Direitos da Criança e o artigo 7º da Carta Africana para os Direitos e Bem-estar das Crianças

Díli, 17 de julho de 2015



## ÓRGÃOS ELEITOS NA ASSEMBLEIA GERAL DO II FSC-CPLP

17 de julho de 2015

### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Nome	Cargo	Instituição	Estado-membro
Jorge Gomes	Presidente	Movimento da Sociedade Civil para Paz e Desenvolvimento	Guiné-Bissau
João Sousa Pontes Tavares	1º Secretário	ONTSTP	S. Tomé e Príncipe
Agustin-Moisés Enguro Alene	2º Secretário	ONG CEID	Guiné Equatorial

### CONSELHO FISCAL

Nome	Cargo	Instituição	Estado-membro
(a definir)	Presidente	(a definir)	Angola
Carla Lima	1º Vogal	AJOC CV	Cabo Verde
Joana Fonseca Paiva	2º Vogal	ACTUAR	Portugal

### SECRETARIADO TÉCNICO PERMANENTE

Nome	Cargo	Instituição	Estado-membro
Arsénio Pereira da Silva (Coordenador)	Coordenador	FONGTIL	Timor-Leste
António Andrade	-	Médicos do Mundo - Portugal	Portugal
Saquina Mucavele	-	MUGEDE	Moçambique
Edelfride Almeida	-	VerdeFAM	Cabo Verde
Fernando Cupertino Barros	-	CONASS	Brasil



## **PARTICIPANTES CONVIDADOS**

*Informação em atualização.*